



Assembléia Legislativa

7659

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 31 de 03 de 14

Chaves
Constituição de Maria Luiza Chaves
Chefe do Núcleo Comissão de

Ao Deputado

JULIANA M. SOUSA

para relatar.

Em 7 de 14 de 14

[Assinatura]
Presidente Comissão de Constituição
e Justiça



ESTADO DO PIAUÍ

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

GAB. DEP.ª JULIANA MORAES SOUZA

Parecer nº ____/2014

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, sobre o Projeto de Lei nº 13/2014.

EMENTA: PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE O ACRÉSCIMO DE UM PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 1º DA LEI Nº 6.464/2013. PARECER FAVORÁVEL PELA CONSTITUCIONALIDADE, JURIDICIDADE, PERTINÊNCIA E LEGALIDADE.

I. RELATÓRIO

O presente parecer tem por objeto o Projeto de Lei nº 13/2014, de iniciativa do então Exmo., Governador do Estado, Wilson Martins, propondo a inclusão do parágrafo primeiro ao Art. 1º da Lei nº 6.464/13, a fim de autorizar a doação de quaisquer imóveis rurais ou urbanos, incluindo aqueles localizados em Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, para a regularização fundiária de pessoas de baixa renda.

É o relatório.

II. PARECER DA RELATORA

Verifica-se que a inclusão do parágrafo único ao Art. 1º da Lei 6.464/13, amplia sobremaneira a possibilidade da população de baixa renda ser contemplada com a doação de imóveis pertencentes ao Patrimônio Imobiliário do Estado do Piauí, pois com a inserção do referido parágrafo, imóveis em áreas urbanas, bem como aqueles situados em Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, também poderão ser doados, aumentando a probabilidade de regularização da questão fundiária no estado.

III. CONCLUSÃO



ESTADO DO PIAUÍ

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

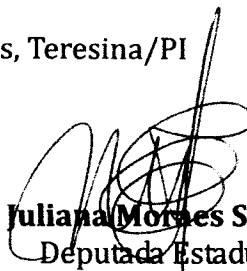
GAB. DEP.ª JULIANA MORAES SOUZA

Ante o exposto, manifesto-me favoravelmente pela legalidade, constitucionalidade, juridicidade e pertinência do Projeto de Lei nº 13/2014.

É o parecer.

À apreciação.

Sala das Comissões, Teresina/PI de de 2014.


Juliana Moraes Souza
Deputada Estadual
Relatora – CCJ

